



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 8.226, DE 2017** **(Do Sr. Francisco Floriano)**

"Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre a extorsão de pessoa jurídica".

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre a extorsão de pessoa jurídica

Art. 2º. O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

**“Extorsão de pessoa jurídica**

Art.160-A. Exigir, mediante grave ameaça de denegrir imagem de pessoa jurídica, obtenção de vantagem econômica indevida.

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa”.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O objetivo desse projeto de lei é tipificar o crime de extorsão praticado contra empresas e comerciantes, com o objetivo de obter vantagem econômica indevida.

Sabemos a importância da imagem para um estabelecimento comercial ou uma empresa perante seus públicos, que as acompanham de forma *online* ou *offline*. A imagem empresarial é extremamente importante para a formação de reputação e para o fortalecimento da sua marca no mercado cada vez mais competitivo, que muda a cada instante e que está cada vez mais conectado.

Sendo assim, pensar na imagem da empresa é um dos principais passos para ter sucesso e conseguir se manter. É essencial lembrar que o cliente não compra apenas um produto pelo que ele é, mas também pelo que ele representa, por aquilo que ele transmite. Embalagem, qualidade, segurança e confiança são itens que os clientes procuram quando vão até o local da compra e tudo isso é imagem empresarial, é credibilidade, é formação de opinião.

Em qualquer nível que sua empresa se encontre, seja multinacional ou um carrinho de cachorro-quente, pensar e investir em imagem são importantes, porque além de produto, os consumidores levam com eles o que absorveram na hora do contato com sua empresa, caso a experiência tenha sido negativa, ele passará isso adiante.

Infelizmente, empresas e estabelecimentos comerciais, mais precisamente, suas reputações, têm sido vítimas do crime de extorsão que ameaça denegrir a imagem do estabelecimento se não obtiver vantagem econômica indevida.

Esse tipo de crime tem ficado mais comum diante do poder das redes sociais, onde em apenas um minuto é possível atingir um número impressionante de pessoas. Uma vez feito o estrago na imagem de uma empresa, certamente levará tempo e dinheiro para recuperar a reputação perdida por meio de informações falsas.

O entendimento que têm prevalecido nos tribunais é o de que, ante a possibilidade de

efetivo prejuízo econômico, o crime de extorsão caracteriza-se ainda que as ameaças sejam dirigidas a um estabelecimento comercial.

Contudo, há divergência de interpretações pela falta de um tipo específico para as pessoas jurídicas. É o que pretendemos com esse Projeto de lei.

Vale transcrever duas decisões judiciais que caminham ao encontro da proposição que ora apresento.

“(…) Nota-se que o embargante efetuou a ação de constranger (verbo núcleo do tipo que remete à noção de retirar da vítima sua livre disposição de atos), mediante grave ameaça (elementar do tipo) caracterizada pelo prenúncio de que divulgaria o fato à imprensa e às autoridades competentes, caso não se efetuasse o pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Como bem assinalado no voto condutor, a grave ameaça consistente na publicidade negativa que tal ação traria para o estabelecimento comercial, certamente representaria prejuízo de ordem econômica, em razão da possibilidade de falência da empresa, o que não ocorreria caso fosse paga quantia ao embargante. (TJDFT, Câmara Criminal, Acórdão nº 893882, EIR 20141110021909, Relator Des. Souza e Avila, DJe de 17/09/2015, p. 50).

Nessa linha de raciocínio, cito o seguinte entendimento do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo: “(…) o crime de extorsão se caracteriza ainda que as ameaças sejam dirigidas a um estabelecimento comercial, e então encaminhadas aos responsáveis pela empresa, pois a objetividade jurídica da figura em questão é a inviolabilidade do patrimônio, e, neste passo, a pessoa jurídica é passível de ser atingida”. (TACRIM-SP, in RJD 27/93).

Há casos tramitando no Judiciário onde os criminosos falsificam documentos para se fazer passar por agentes públicos/fiscais do Procon, Anvisa, alegando suposta fraude ao consumidor para, em seguida, praticar o crime de extorsão contra a imagem da pessoa jurídica, consistente na publicidade negativa para o estabelecimento comercial, representando prejuízo de ordem econômico.

Peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

Saladas sessões, 09 de agosto de 2017.

---

**Deputado FRANCISCO FLORIANO (DEM/RJ)**

<p align="center"><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA</b> Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
---

# DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

## PARTE ESPECIAL

*(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa" de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984)*

## TÍTULO II

### DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

## CAPÍTULO II

### DO ROUBO E DA EXTORSÃO

#### **Extorsão indireta**

Art. 160. Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

## CAPÍTULO III

### DA USURPAÇÃO

#### **Alteração de limites**

Art. 161. Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

#### **Usurpação de águas**

I - desvia ou represa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;

#### **Ebulho possessório**

II - invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

#### **Supressão ou alteração de marca em animais**

Art. 162. Suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade:

Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa.

**FIM DO DOCUMENTO**